

DISCURSOS E AÇÕES DOCENTES: A Lei 10.639/2003 na sala de aula, a partir de relatos dos professores de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Fernanda de Araújo Patrocínio

Neste artigo retomamos a lei 10.639/2003 e sua aplicação em sala de aula, tomando como recorte as entrevistas analisadas na dissertação “O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção editorial didática voltada à lei 10.639/2003¹ e apropriação dos professores”² (2016). Em

1 A lei 11.645/2008 é complementar à lei 10.639/2003, trazendo, além da cultura afro e afro-brasileira, a cultura indígena. Em seu texto inicial afirma: “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Devido ao enfoque à cultura afro, sobretudo, afro-brasileira, este trabalho destaca a lei sancionada em 2003.

2 PATROCÍNIO, Fernanda de Araújo. O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção editorial didática voltada à lei 10.639/2003 e apropriação dos professores. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2016.

virtude dos 15 anos que a referida lei completa em 2018, retomamos aqui a pesquisa e os tensionamentos advindos da análise das respostas do *corpus*. Porém, antes, resgatamos aqui a proposta institucional da própria lei, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências”. No artigo 26-A, a lei destaca:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Levando em conta o questionamento feito por Amina Mama no texto “Será ético estudar a África?”³, este recorte temático tenta aprofundar o estudo sobre os princípios africanos e o direito de aprender e viver a africanidade no Brasil. Pretende-se a compreensão e a problematização a partir de questionamentos sobre os conteúdos advindos das respostas dos docentes. Nossa proposta, partiu da premissa de que ser afro-brasileiro (isto é, conhecer e vivenciar a cultura e a História afro e afro-brasileira) é um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente do seu fenótipo.

A lei 10.639/2003 foi uma das bases investigativas para o desenvolvimento da dissertação. Esta lei foi interpretada no trabalho como parte de ações que abrangem os Direitos Humanos, por intermédio do acesso à Educação e o res-

3 MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

peito à diversidade. Justifica-se aqui, então, a igualdade promovida entre sujeitos com tais iniciativas educativas e sociais, respeitando sempre as suas alteridades – afinal, são estas diferenças que tornam cada cidadão legítimo nesta troca intercultural.

Na dissertação, foi feito um estudo acerca da aplicação da lei nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul – dialogando, mais especificamente, com docentes das cidades de Mogi das Cruzes (SP) e Santa Maria (RS). Os caminhos e obstáculos da efetivação da lei em sala de aula eram pontos que interessava à pesquisa durante sua produção. Para tal, compartilhamos neste espaço as análises advindas das 348 respostas que recebemos, sendo 338 respostas de docentes de São Paulo e 10 dos docentes do Rio Grande do Sul.

POLÍTICAS PÚBLICAS GLOCAIS: A APROPRIAÇÃO DOS PROFESSORES

A efetivação da política social dá-se quando a retórica passa a ser uma ação concreta. Ou seja, no caso estudado na dissertação citada, a efetivação da lei 10.639/2003, a fim de garantir a cidadania afro-brasileira a qualquer cidadão brasileiro, por intermédio da representação, sobretudo, é entendida a partir de ações no ambiente escolar. Para que tais ações possam acontecer e, conseqüentemente, chegarmos à conscientização social, é preciso compreender esta transição entre o retórico, que remete às diretrizes da lei referida, e a ação em si – aquilo que se faz para garantir o acesso à cultura e à História afro-brasileira e para combater o racismo.

Considerando a extensão do Brasil, foram escolhidos dois estados – São Paulo e Rio Grande do Sul – para a aplicação de entrevistas fechadas. Trata-se, portanto, de parte do corpus de análise utilizado na dissertação⁴. O objetivo de tais entrevistas foi investigar a recepção e a aplicação da lei em estudo, bem como o uso e a apropriação da produção editorial didática sobre a temática da cultura afro. O universo amostral compreende os responsáveis pela Educação para Relações Étnico-Raciais e Afro nas Diretorias de Ensino jurisdicionadas às

4 Além das entrevistas com os professores, também foram utilizados para a análise a série de cartilhas Relações étnico-raciais e de gênero (2007).

Secretarias Estaduais de Educação de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além dos professores de História, Arte e Língua Portuguesa dos municípios de Mogi das Cruzes (SP) e Santa Maria (RS).

As entrevistas fechadas, como já salientamos, são utilizadas para entendermos o processo de apropriação dos professores, partindo da hipótese de que são agentes políticos, que auxiliam no desenvolvimento da cidadania em sala de aula. Além disso, partimos do pressuposto da existência de propostas efetivas para o diálogo e para as ações cidadãs que conscientizem os alunos e a comunidade escolar com relação ao respeito às alteridades e ao combate ao racismo.

As perguntas feitas para os docentes de São Paulo e do Rio Grande do Sul encontram-se nos itens *ANEXO 1* e *ANEXO 2* deste artigo. Elas foram encaminhadas aos professores por intermédio da Secretaria Estadual de Educação de cada estado, a partir de um *link*. Esta ação se deu devido à preocupação em legitimar a pesquisa, implicando, para tal, na aproximação via órgão oficial. A pesquisadora inseriu as entrevistas fechadas em um arquivo no Google Drive para facilitar o acesso aos professores e a categorização das respostas.

Dessa maneira, as entrevistas fechadas são compostas por 19 questões, tendo como diferencial somente a questão 18, que trata, especificamente, de programas e ações autônomas de cada estado para trabalhar a lei 10.639/2003, suas diretrizes e a Educação voltada à afro-brasilidade. As perguntas que compõem as entrevistas estão divididas em quatro blocos. No primeiro estão questões relativas à identificação do professor (sexo, cidade em que trabalha, formação, anos de magistério, escolas em que trabalha, disciplinas que leciona). O segundo trata dos conhecimentos do docente acerca da lei 10.639/2003 e de que forma o professor trabalha os conteúdos afro e afro-brasileiros em sala de aula. Já o terceiro refere-se à avaliação dos materiais elaborados pelo Ministério da Educação, como o kit *A Cor da Cultura*. O quarto, finalmente, diz respeito à apropriação do professor, em sala de aula, e da produção editorial didática sobre a cultura afro e afro-brasileira, bem como qual a maneira utilizada para se trabalhar questões sociais, como o racismo. A última questão diz respeito ao conhecimento e ao uso das cartilhas *Relações étnico-raciais e de gênero* (2007), trabalhadas também como *corpus* de análise da referida dissertação.

Nos itens 2 e 3 destacamos as análises feitas a partir das respostas recebidas dos professores de São Paulo e do Rio Grande do Sul para a análise trabalhada na dissertação. As entrevistas fechadas foram respondidas após o contato da pesquisadora com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo – a mesma negociação foi realizada com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Desta maneira, a entrevista fechada foi apresentada e enviada aos responsáveis pela Educação para Relações Étnico-Raciais⁵ de cada Diretoria de Ensino, bem como para os professores de História, Língua Portuguesa e Arte jurisdicionados à Diretoria de Ensino de Mogi das Cruzes/SP. As entrevistas, nas duas esferas, foram respondidas no mês de agosto de 2015 e entregues à pesquisadora em setembro do mesmo ano. Tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul, no período das respostas, houve momentos de instabilidade política, devido à greve dos professores no primeiro semestre do referido ano letivo. Assim, as entrevistas foram encaminhadas também com a assinatura da Secretaria Estadual de Educação (especialmente em São Paulo, onde a Secretaria colaborou com o envio das perguntas aos professores).

Assim, como em São Paulo, a análise das entrevistas fechadas do Rio Grande do Sul foi feita em duas etapas – primeiro as respostas dos assessores afros das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) do Rio Grande do Sul, em seguida, as respostas dos professores jurisdicionados pela 8ª CRE (Santa Maria/RS).

REALIDADES E DESAFIOS CULTURAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Diante das respostas vindas de PCNPs e professores de História, Arte e Língua Portuguesa percebemos a fragmentação do trabalho diante da burocratização com que as formações e os materiais são submetidos até chegarem à sala de aula. As reclamações acerca da superficialidade, da escassez de tempo para se trabalhar conteúdos afro-brasileiros e da descontinuidade da formação revelam a necessidade de se aprimorar a apropriação com relação ao que

5 Os responsáveis pela Educação para Relações Étnico-Raciais (ERER) são Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNPs). Cada Diretoria de Ensino possui um núcleo pedagógico que abordam as diferentes áreas presentes nas escolas, sendo uma delas a ERER.

pede a lei 10.639/2003. Não é porque há a institucionalização da lei que há sua correspondência e sua aplicação prática na sala de aula e nas orientações aos professores. Em virtude disso, nota-se também a reclamação da resistência de professores, alunos e da própria comunidade escolar por um todo quando elementos da cultura e da História afro-brasileira são apresentados. A principal resistência relatada diz respeito ao preconceito com relação às religiões de matriz afro. Vale contextualizarmos aqui que a política pública é uma iniciativa cidadã que também visa a reparação histórica – no caso do nosso país, o direito à uma visão crítica acerca de políticas e práticas escravistas e colonialistas, que ainda perpetuam em nossa sociedade, baseadas ainda na política de branqueamento. Ou seja, a prática secular que tentou apagar e silenciar elementos afro-brasileiros da identidade nacional ainda perpetua causando estranheza aos conteúdos propostos pela lei 10.639/2003.

Conforme resgate feito na dissertação, o ato de resistir está ligado também aos dados socioeconômicos brasileiros e à representação. Ora, vale lembrar que um a cada 10 negros é analfabeto no Brasil (IPEA; ONU; SPM, 2011), dado que representa também condições de escassez para o estudo ou a ausência de negros nas escolas – contudo, segundo Mercadante (TAKAHASHI, 2015), hoje, 51% dos jovens negros matriculados no Ensino Fundamental seguem no Ensino Médio, e a explicação para isso são as políticas inclusivas na Educação, que incentivam a permanência destes jovens.

Estes dados influenciam na permanência do aluno na escola, assim como o trato dado ao universo em que ele está inserido e aos sujeitos, os quais ele se identifica. A falta de referência crítica dos professores ao tratar alunos etnicamente diferentes e mesmo ao explicar a História brasileira pode desmotivar muitos alunos (principalmente afrodescendentes), que contribuíram para estatísticas negativas e para a sub-cidadania.

Entre os professores que consideram rico o conteúdo apresentado nas cartilhas que a Secretaria Estadual de Educação repassa, uma das respostas dos professores de Mogi das Cruzes exaltou o resgate da autoestima dos alunos afro-brasileiros, por intermédio da valorização cultural. Ou seja, é a leitura do outro de forma não estereotipada (BHABHA, 2011), possibilitando as relações interculturais que a multiculturalidade, apenas, não permite. Vale lembrar que,

de acordo com o IBGE (2010), Mogi das Cruzes tem 424.633 habitantes, sendo que 131.441 se autodeclararam pretos ou pardos – ou seja, trata-se de 31,17% da população ou um a cada três mogianos; reforçamos, então, a importância da representação e do enfoque do negro enquanto agente histórico e ativo também, não somente escravo e passivo. Pelos relatos, nota-se, portanto que a quebra hegemônica, bem como o reconhecimento cidadão do negro, dá-se quando o professor busca além da informação burocrática da lei e traz, em seu diálogo na sala de aula, exemplos próximos e práticos da realidade na qual a comunidade escolar está inserida. Por isso a importância do uso de diferentes materiais e de iniciativas que vão além das formações e dos materiais disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação e pelas Diretorias.

Embora não saibamos o número total⁶ de professores de História, Arte e Língua Portuguesa em Mogi das Cruzes, 338 respostas vindas da Diretoria de Ensino e da Secretaria Estadual de Educação expressam abertura dos docentes para debater o tema acerca da lei 10.639/2003 e o cultivo da relação entre pesquisa, escola e sociedade, em busca de um trabalho para a pluralidade e a igualdade. Contudo, nota-se que são ainda os primeiros passos para tal objetivo, diante de um caminho longo.

Embora muitos professores afirmem não encontrar dificuldades ao trabalhar o conteúdo afro e afro-brasileiro, outros tantos docentes afirmam que além da superficialidade com que o tema é tratado, há ainda o viés colonialista com que a contribuição afro é representada, bem como uma abordagem que parte sempre do racismo e do preconceito. Segundo os relatos, o racismo e o preconceito étnico-racial não sejam trabalhados de forma adequada, seja por demanda de tempo, seja por despreparo profissional e condições de trabalho escassas, seja por desinteresse de professores e alunos.

Retomando Freitas (2011), salientamos a má-fé institucional, caracterizada pelo despreparo e intolerância no próprio sistema e no ambiente universitário e escolar. Os exemplos midiáticos citados ao longo da dissertação, tais como re-

6 Ao ser questionada, a Diretoria Regional de Ensino de Mogi das Cruzes não soube responder este dado.

ferências culturais e casos de racismo e humilhação (envolvendo negros) no esporte, na escola e na indústria de entretenimento, também podem ser resgatados como exemplos e formas de se aproximar de alunos a partir de questões acerca de seu mundo.

O olhar colonialista com relação aquilo que não é eurocêntrico e o outro interpretado como inferior e exótico são temas também presentes nos relatos. Como vimos, alguns docentes salientam o esforço que é incluir o conteúdo afro e afro-brasileiro no currículo nacional, geralmente trabalhado em virtude do 20 de novembro. A quebra de *status quo* é importante para que tais conteúdos possam ser trabalhados com tanta naturalidade quanto a apresentação da Literatura Portuguesa no currículo do Ensino Médio, por exemplo.

REALIDADES E DESAFIOS CULTURAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

A partir das respostas dos professores nota-se o baixo nível de envolvimento e a pouca intimidade dos docentes e assessores afros com as questões práticas acerca da 10.639/2003, sobretudo, seu conteúdo como parte da cultura escolar. Tal afirmação é feita a partir das respostas enviadas pelos somente 10 professores do RS que participaram da pesquisa. É importante ressaltar que a análise aqui feita é um micro universo dentro de um recorte previamente apresentado na dissertação.

Considerando sempre as respostas apresentadas, notam-se ainda resquícios colonialistas e etnocêntricos no que diz respeito à resistência por parte do corpo docente, embora haja reconhecimento da relevância dos conteúdos afro e afro-brasileiros para a construção de uma escola mais inclusiva e, consequentemente, uma sociedade mais igualitária. Relembramos que os professores que responderam à entrevista fechada trabalham, principalmente, com as disciplinas de História, Arte e Língua Portuguesa – disciplinas destacadas na lei 10.639/2003 para que os conteúdos acerca da História e da cultura afro e afro-brasileira sejam abordadas.

Quando tais conteúdos são trabalhados em sala de aula, segundo os relatos, retomam-se a folclorização e a exotividade do outro. Abordar e até mesmo exal-

tar a cultura afro-brasileira somente em novembro, devido ao dia 20 (Dia da Consciência Negra), entende-se por trazer à tona o caráter exótico desta cultura, colocando-a à parte daquilo identificado como cultura nacional. Além disso, promove-se neste processo a invisibilização da cultura afro-brasileira, seja ela posição passiva de alguns professores pela espera de materiais, seja pelo pouco acesso a um material didático esclarecedor.

O reconhecimento do preconceito que ainda se naturaliza na comunidade escolar e do incômodo de questões acerca da formação social brasileira, como as cotas e o próprio direito à representação afro-brasileira, comprovam, mais uma vez, o mito da democracia racial (GOMES, 2014). Quando nem a escola é democrática, reforça-se a colonialidade e os próprios ideais da política de branqueamento, que apaga elementos culturais e desmemoriza indivíduos, amparados por estruturas rígidas que influenciam sujeitos e instituições, como a Educação. Acerca do racismo trabalhado com o processo de desmemória (SCHAUN, 2002), ressaltamos aqui o próprio apagamento da História do negro no Rio Grande do Sul, conforme ressaltamos na dissertação. Trazemos como hipótese, talvez, o desconhecimento de fatos e figuras midiáticas gaúchas por parte dos docentes, que possam facilitar a aproximação do conteúdo afro-brasileiro, por intermédio da representação. Outro dado importante para compor estas reflexões é a porcentagem de cidadãos autodeclarados pretos ou pardos na cidade de Santa Maria: aproximadamente 15,15% da população – 41.845 pessoas entre os 276.108 residentes de Santa Maria (IBGE, 2010). A negritude e o conhecimento da afro-brasilidade, como um direito a qualquer cidadão brasileiro, vão além das porcentagens – a própria aproximação com a cultura afro-brasileira poderia aumentar os índices de pessoas que se autodeclarem pretas ou pardas. A falta de abordagem dos conteúdos mencionados em sala de aula, portanto, quebra a lógica familiar do ubuntu e a própria noção afrocêntrica com relação às contribuições à identidade e à cultura brasileira. Levanta-se também aqui as noções de identidade brasileira e identidade gaúcha, bem como as aproximações e distanciamentos das mesmas, no que diz respeito à visibilidade de minorias, considerando como fator a presença de colônias e seu destaque cultural.

Apesar dos professores buscarem aperfeiçoamento com especializações e titulações como o mestrado, notam-se obstáculos institucionais. A burocratização, quando comparamos as respostas dos assessores e dos professores, é perceptível – embora os assessores afirmam repassar os materiais, eles nem sempre chegam e se difundem na escola; nem nas disciplinas nas quais a lei 10.639/2003 pede, quiçá nas demais matérias. Esta burocratização também pode dar margem ao racismo institucionalizado e à própria má-fé institucional, conforme já mencionamos. Nossa análise não generaliza as ações, mas destaca hipóteses acerca da fragmentação de conteúdos e identidades também no ambiente escolar, uma vez que há relatos a respeito da resistência de alunos e professores sobre a temática. Ao mesmo passo, vale destacar que há o interesse, conforme o relato, de alunos acerca da cultura africana e afro-brasileira. O desafio pode ser, portanto, dosar resistência a partir do interesse e da curiosidade, para o rompimento de barreiras preconceituosas, aumentando a empatia sobre o conteúdo e aproximando-se dos fatos do cotidiano.

Retomando Freire (2011) o ato de educar e a conscientização são indissociáveis e as políticas públicas, como a lei 10.639/2003, podem contribuir para tal – porém, para isso, seu conhecimento deve ir além da formalização da lei e adentrar diálogos para a construção de uma Educação, nos âmbitos universitário, médio e fundamental, mais cidadã e plural, que trate por igual as identidades culturais envolvidas na comunidade escolar e na sociedade como um todo por intermédio de suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este exercício de reflexão, percebemos que há diferença entre o dispositivo da lei 10.639/2003 e a disposição com relação à lei. Ou seja, institucionalizar o direito ao acesso ao conhecimento da História e da cultura afro-brasileira é diferente da disposição em efetivá-la, pô-la em prática. As respostas advindas dos professores são o reflexo de uma sociedade e tais denúncias e evidências de lacunas e preconceitos são a constatação da falha sistêmica, burocrática e pessoal. Afinal, não são todos os indivíduos que se permitem experienciar a alteridade e toda experiência de vida é bagagem para interpretarmos o mundo – imagine, então, o papel social do professor diante deste panorama e os riscos

que esta falta de experiência pode trazer à sala de aula e à formação dos discentes. Dessa forma, uma rede que deveria ser fortalecida, amparada pela lei para que os indivíduos conheçam mais sobre a identidade e História nacional (por intermédio da afro-brasilidade), rompe-se, justamente porque a institucionalização difference-se da efetivação. Em outras palavras, o fato de existir a lei não garante que ela seja cumprida e que o conteúdo afro-brasileiro e questões acerca da realidade do povo negro brasileiro, como o racismo, sejam abordados. As análises das respostas não evidenciam somente os professores, mas sim todo o sistema que abarca estes agentes, bem como a sociedade por um todo. São tais estruturas (ou a falta destas) que refletem as respostas advindas de ambos os estados aqui abordados e analisados – exercício reflexivo, que, obviamente, não se limita à proposta da dissertação construída.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ulisses F; [et al.]. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. **Relações étnico-raciais e de gênero**. Organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP). Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler** – três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREITAS, Lorena. “A instituição do fracasso – a Educação da ralé”. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira** – quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **A Cor da Cultura**. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/kit>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

GOMES, Mariana Selister. **Narrativas patrimoniais e turísticas em Salvador: (des)(re)construções do mito da democracia racial brasileira**. GT Relações Raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu (MG): out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio Grande do Sul, Santa Maria**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431690&search=|infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 5 out. 2015.

_____. **São Paulo, Mogi das Cruzes**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353060&search=sao-paulo|mogi-das-cruzes>>. Acesso em: 5 out. 2015.

IPEA; ONU MULHERES; SPM; SEPPPIR. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 19 abr. 2014.

SCHAUN, Angela. **Práticas Educomunicativas – grupos afrodescendentes Salvador-Bahia**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TAKAHASHI, Fábio. **Pela primeira vez, maioria dos jovens negros está no ensino médio**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1708869-pela-primeira-vez-maioria-dos-jovens-negros-esta-no-ensino-medio.shtml?cmpid=compfb>>. Acesso em: 26 nov. 2015

ANEXO 1. PERGUNTAS AOS DOCENTES DE SÃO PAULO

A seguir, apresentaremos as perguntas apresentadas aos (a) Professores Coordenadores responsáveis pela Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e (b) aos professores de História, Artes e Língua Portuguesa jurisdicionados à Diretoria Regional de Ensino de Mogi das Cruzes. Nos dois casos, as perguntas foram intermediadas pela Secretaria Estadual de Educação e pela Diretoria Regional de Ensino de Mogi das Cruzes. Nas duas instituições, foi combinado que, para obtermos o maior número de respostas possíveis e como tais respostas mesmas interessavam aos gestores estadual e municipal de Educação Afro, as perguntas seriam repassadas e complementadas – trazendo também a assinatura da Secretaria de Educação e da Diretoria de Ensino.

Perguntas para os Professores Coordenadores responsáveis pela Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER):

- 1) Informe sua Diretoria de Ensino.
- 2) Informe o município no qual trabalha:
- 3) Informe seu nome completo.
- 4) Sexo.
- 5) Formação.
- 6) Há quantos anos está no magistério?
- 7) Você é responsável por alguma disciplina ou área do conhecimento na Diretoria de Ensino?
- 8) Você conhece a Lei nº10.639 de 2003?
- 9) Você trabalha conteúdos sobre a cultura afro e afro-brasileira no Núcleo Pedagógico ou nas escolas?
- 10) Você utiliza algum material específico nas formações de professores? Qual?
- 11) Você recebeu alguma orientação e/ou material didático-pedagógico que lhe auxilia a trabalhar essa temática, que refere-se à aplicação da lei 10.639/2003?
- 12) Caso tenha recebido, qual sua opinião sobre esta orientação e/ou material didático da questão anterior?

- 13) Você conhece as cartilhas do Ministério da Educação e o Programa *A Cor da Cultura*, desenvolvidas para auxiliarem o professor na abordagem desta temática?
- 14) Você as utiliza?
- 15) Se sim, qual a sua avaliação sobre este material?
- 16) Caso não utilize este material, qual é o motivo para tal?
- 17) Qual a maior dificuldade que você enfrenta para trabalhar com o conteúdo afro e afro-brasileiro na formação dos professores?
- 18) Após 2003, quando a lei 10.639 foi instaurada, você percebeu algum avanço nas relações em sala de aula a partir da abordagem da cultura afro e afro-brasileira? Quais?
- 19) Você conhece o programa de formação *Educando pela diferença para a igualdade*? Caso sim, como você o aplica na formação dos professores?
- 20) Você conhece as cartilhas, desenvolvidas pelo Ministério da Educação, *Relações étnico-raciais e de gênero e seus quatro módulos* (ética, convivência democrática, Direitos Humanos e inclusão social)? Caso sim, como aproveita estes conteúdos na formação dos professores?

Perguntas para os professores de História, Artes e Língua Portuguesa.

- 1) Escola.
- 2) Responsável pelo preenchimento.
- 3) Gênero.
- 4) Cidade em que trabalha?
- 5) Formação.
- 6) Há quantos anos está no Magistério?
- 7) Em quantas escolas trabalha?
- 8) Você conhece a lei 10.639/2003?
- 9) Você trabalha conteúdos sobre a cultura afro e afro-brasileira em sala de aula?
- 10) Qual material didático você utiliza?

- 11) Você recebeu alguma orientação e/ou material didático-pedagógico que lhe auxilia a trabalhar essa temática, que refere-se à aplicação da lei 10.639/2003?
- 12) Qual a maior dificuldade que você enfrenta para trabalhar com o conteúdo afro e afro-brasileiro em sala de aula?
- 13) Qual sua opinião sobre as orientações e materiais didáticos relacionados a Lei 10.639/03?
- 14) Você conhece as cartilhas do Ministério da Educação e o Programa *A Cor da Cultura*, desenvolvidas para auxiliarem o professor na abordagem desta temática?
- 15) Você as utiliza?
- 16) Qual a sua avaliação sobre este material?
- 17) Qual o motivo para a não utilização do material?
- 18) Após 2003, quando a lei 10.639 foi instaurada, você percebeu algum avanço nas relações em sala de aula a partir da abordagem da cultura afro e afro-brasileira? Quais?
- 19) Você conhece o programa de formação *Educando pela diferença para a igualdade*? Caso sim, como você o aplica em sala de aula?
- 20) Você conhece as cartilhas, desenvolvidas pelo Ministério da Educação, *Relações étnico-raciais e de gênero* e seus quatro módulos (ética, convivência democrática, Direitos Humanos e inclusão social)? Caso sim, como aproveita estes conteúdos na sala de aula?

ANEXO 2. PERGUNTAS AOS DOCENTES DO RIO GRANDE DO SUL

A seguir, apresentaremos as perguntas apresentadas aos (a) Assessores Afros e (b) aos professores de História, Artes e Língua Portuguesa jurisdicionados à 8ª Coordenadoria Regional de Educação (Santa Maria). A Secretaria de Educação e a 8ªCRE comunicaram aos seus professores que a pesquisadora entraria em contato e enviaria as entrevistas fechadas – na primeira rodada, a 8ªCRE enca-minhou as perguntas aos professores.

Perguntas para os Assessores Afros.

- 1) Gênero:
- 2) Cidade em que trabalha:
- 3) Formação:
- 4) Há quantos anos está no magistério?
- 5) Em quantas escolas trabalha?
- 6) Disciplina que leciona? É professor-coordenador?
- 7) Você conhece a lei 10.639/2003?
- 8) Você trabalha conteúdos sobre a cultura afro e afro-brasileira em sala de aula?
- 9) Qual material didático você utiliza?
- 10) Você recebeu alguma orientação e/ou material didático-pedagógico que lhe auxilia a trabalhar essa temática, que refere-se à aplicação da lei 10.639/2003?
- 11) Qual sua opinião sobre este material didático?
- 12) Você conhece as cartilhas do Ministério da Educação e o Programa *A Cor da Cultura*, desenvolvidas para auxiliarem o professor na abordagem desta temática?
- 13) Você as utiliza?
- 14) Qual a sua avaliação sobre este material?
- 15) Caso não utilize este material, qual é o motivo para tal?
- 16) Qual a maior dificuldade que você enfrenta para trabalhar com o conteúdo afro e afro-brasileiro em sala de aula?

17) Após 2003, quando a lei 10.639 foi instaurada, você percebeu algum avanço nas relações em sala de aula a partir da abordagem da cultura afro e afro-brasileira? Quais?

18) Você conhece o kit *RS Negro*? Caso sim, como você o aplica em sala de aula?

19) Você conhece as cartilhas, desenvolvidas pelo Ministério da Educação, *Relações étnico-raciais e de gênero* e seus quatro módulos (ética, convivência democrática, Direitos Humanos e inclusão social)? Caso sim, como aproveita estes conteúdos na sala de aula?

Perguntas para os professores de História, Artes e Língua Portuguesa.

1) Gênero:

2) Cidade em que trabalha:

3) Formação:

4) Há quantos anos está no magistério?

5) Em quantas escolas trabalha?

6) Disciplina que leciona? É professor-coordenador?

7) Você conhece a lei 10.639/2003?

8) Você trabalha conteúdos sobre a cultura afro e afro-brasileira em sala de aula?

9) Qual material didático você utiliza?

10) Você recebeu alguma orientação e/ou material didático-pedagógico que lhe auxilia a trabalhar essa temática, que refere-se à aplicação da lei 10.639/2003?

11) Qual sua opinião sobre este material didático?

12) Você conhece as cartilhas do Ministério da Educação e o Programa *A Cor da Cultura*, desenvolvidas para auxiliarem o professor na abordagem desta temática?

13) Você as utiliza?

14) Qual a sua avaliação sobre este material?

15) Caso não utilize este material, qual é o motivo para tal?

16) Qual a maior dificuldade que você enfrenta para trabalhar com o conteúdo afro e afro-brasileiro em sala de aula?

17) Após 2003, quando a lei 10.639 foi instaurada, você percebeu algum avanço nas relações em sala de aula a partir da abordagem da cultura afro e afro-brasileira? Quais?

18) Você conhece o kit *RS Negro*? Caso sim, como você o aplica em sala de aula?

19) Você conhece as cartilhas, desenvolvidas pelo Ministério da Educação, *Relações étnico-raciais e de gênero* e seus quatro módulos (ética, convivência democrática, Direitos Humanos e inclusão social)? Caso sim, como aproveita estes conteúdos na sala de aula?

Sobre a autora:

Fernanda de Araújo Patrocínio: É jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero (2011). Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo. Trabalha como pesquisadora, repórter e editora desde 2009, com ênfase em Cultura, Educação e narrativas. E-mail: faraujopatrocínio@gmail.com.